



INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA EM PORTUGAL

- FÓRUM NACIONAL DE PSICOLOGIA –

TOMADA DE POSIÇÃO (outubro de 2020)

O Fórum Nacional de Psicologia - estrutura que reúne as Instituições de Ensino Superior que asseguram a formação em Psicologia em Portugal e a Ordem dos Psicólogos Portugueses - entende que é necessário aumentar o financiamento para a investigação em Psicologia em Portugal, nomeadamente nas áreas mais aplicadas ou com maior impacto social do conhecimento em Psicologia.

O presente documento congrega um conjunto de perspetivas acerca do financiamento da investigação em Psicologia em Portugal, enquanto potenciais contributos do Fórum Nacional da Psicologia.

Num primeiro momento, este documento procura caracterizar o cenário da investigação em Psicologia, focando-se no financiamento da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, enquanto principal entidade pública promotora da investigação em Portugal. Num segundo momento, traçam-se um conjunto de preocupações e sugestões para o futuro.

O financiamento da investigação em Psicologia em Portugal

Em primeiro lugar, será importante considerar o processo de financiamento proveniente da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Num primeiro nível de análise, mais macro, consideram-se os financiamentos estruturais, i.e. financiamentos atribuídos diretamente a centros de investigação com a classificação de Excelente ou Muito Bom, mediante uma avaliação feita por painéis internacionais convidados pela FCT que, por sua vez, permitem financiar os próprios centros e os investigadores integrados nestes centros. Na nossa perspetiva, será útil evidenciar quantos centros de investigação na área da Psicologia, uma das 8 subáreas das Ciências Sociais, é que conseguiram obter este nível de classificação (e correspondente financiamento) comparativamente a outros centros, de outras áreas científicas. Assim, de acordo com a informação disponível, (ver aqui: https://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2017/docs/Psychology_table.pdf), dos 16 centros de investigação em Psicologia avaliados, 6 centros de investigação obtiveram classificação de Muito Bom ou Excelente, elegível a financiamento FCT “direto”. De acordo com os documentos disponibilizados pelo site da FCT, estes centros obterão um financiamento total de 9.110K€ (para o período 2020-2023).

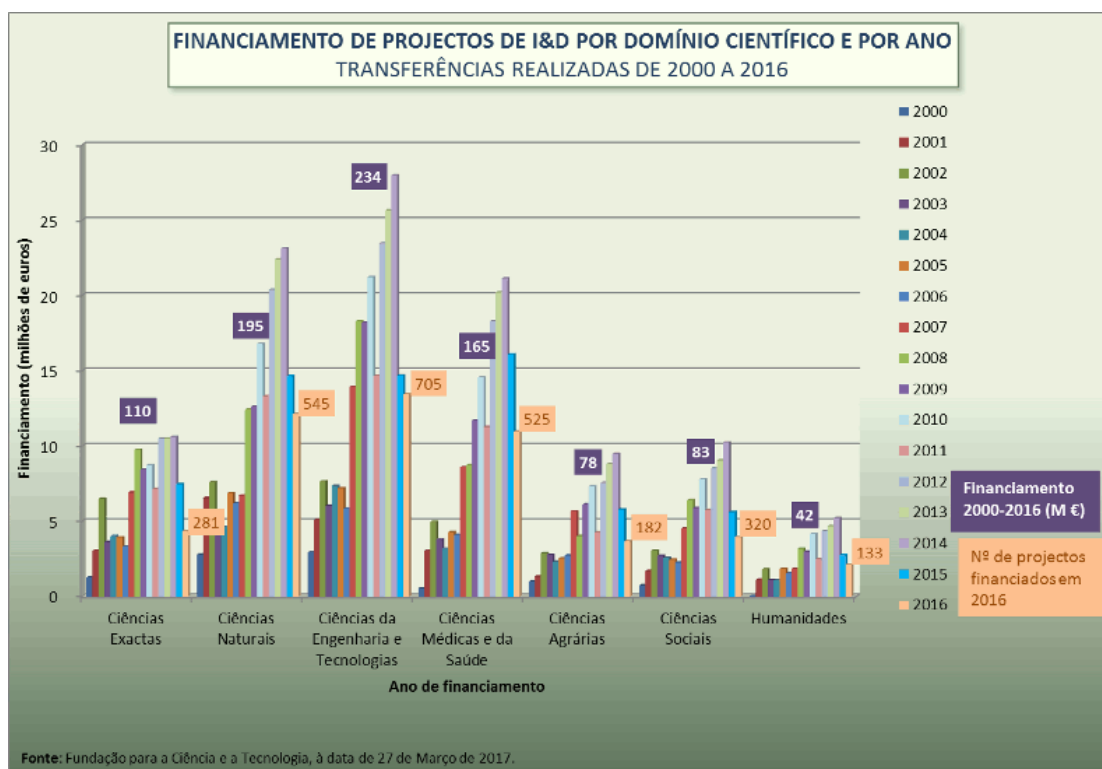
Comparando com a área das Ciências da Saúde (uma das mais financiadas pela FCT, como veremos abaixo), com 3 subáreas, constata-se que:

- Biomedicina e Biologia Molecular: dos 13 centros avaliados, 7 têm classificação de Muito Bom ou Excelente (aqui: https://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2017/docs/Biomedicine_table.pdf), prevendo-se um financiamento total (período 2020-2023) de 34.599K€;
- Investigação Clínica e de Translação: dos 10 centros avaliados, 7 têm classificação de Muito Bom ou Excelente (aqui: https://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2017/docs/Clinical_table.pdf), prevendo-se um financiamento total (período 2020-2023) de 11.611K€;
- Saúde Pública, Enfermagem, Tecnologias da Saúde e do Desporto, Reabilitação e Bem-estar : dos 19 centros de investigação avaliados, 9 obtiveram a classificação de Muito Bom ou Excelente (aqui: https://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2017/docs/PublicHealth_table.pdf), prevendo-se um financiamento total (período 2020-2023) de 19.215K€;

Num segundo nível de análise, será importante traçar um retrato geral relativamente ao financiamento de projetos de investigação na área da Psicologia. Neste aspeto, parte-se da análise da própria FCT quanto ao financiamento de projetos de I&D no período de 2000 a 2016, patente na Figura 1.

Figura 1: Financiamento de projetos de I&D por domínio científico (2000 a 2016).

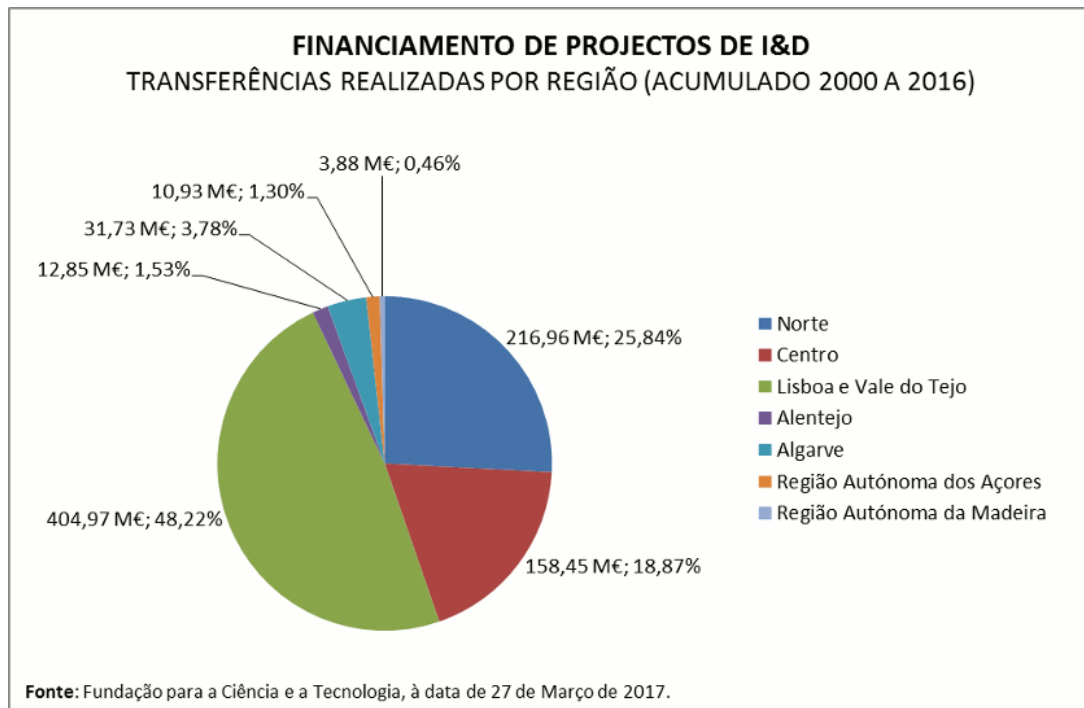
(disponível em: <https://www.fct.pt/apoios/projectos/estatisticas/#cg>)



Assim, a figura 1 evidencia que a área das Ciências Sociais – na qual a Psicologia se encaixa – é uma área subfinanciada relativamente a outras (Ciências Médicas e da Saúde, Ciências Naturais e Ciências da Engenharia e Tecnologias). Tomando como exemplo o ano de 2014 (i.e. o ano em que se verificou o financiamento transversal mais elevado no período em análise), os projetos de investigação em Ciências Sociais (que congrega a Psicologia e várias outras disciplinas) obtiveram sensivelmente metade do financiamento dos projetos em Ciências Médicas e da Saúde, e um terço do financiamento dos projetos em Ciências da Engenharia e Tecnologias.

Neste período de 2000 a 2016, também valerá a pena salientar a distribuição dos projetos financiados por região, patente na figura 2.

Figura 2: Financiamento de projetos de I&D por região (2000 a 2016).
(disponível em: <https://www.fct.pt/apoios/projectos/estatisticas/#cg>).



Assim, as instituições de Lisboa e Vale do Tejo, onde se localizam grandes centros de I&D e laboratórios associados, obtêm sensivelmente metade do financiamento global atribuído a projetos de I&D. Esta análise será importante uma vez que, consoante as escolas de pertença, constata-se diferentes condições para fazer investigação nas diferentes instituições e distintas possibilidades de acesso a programas de financiamento.

Numa análise dos projetos de investigação financiados na call de Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos 2017 (que foi a última call, cujos resultados são conhecidos e disponíveis em: https://www.fct.pt/apoios/projectos/concursos/2017/docs/resumo_02_SAICT_2017.pdf), verificou-se que, dos 1618 projetos financiados pela FCT, 45 projetos foram na área da Psicologia, obtendo-se financiamento a apenas 2,5% do montante global das 140 candidaturas efetuadas (a máxima percentagem de financiamento de candidaturas foi de 7,6%, na área de Bioengenharia e Biotecnologias, em que dos 311 projetos submetidos, 122 foram financiados).

De acordo com a informação disponível no site relativa à call de Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos 2017, é reportado que, dentro da área da Psicologia, foram financiados:

12 projetos em PSICOLOGIA GERAL, dos quais alguns parecem ser em Psicologia Aplicada, centrando-se em avaliação/intervenção (ver aqui: <https://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml.pt?idElemConcurso=11966>);

2 projetos em PSICOLOGIA ESPECIAL, dos quais um parece ser em Psicologia Aplicada, centrando-se em avaliação/intervenção (ver aqui: <https://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/areas.phtml.pt?idElemConcurso=11967>).

Infelizmente, não foi encontrada mais informação sistematizada e detalhada no site da FCT acerca da totalidade dos 45 projetos contemplados com financiamento em 2017, ou em que áreas da Psicologia. A call mais recente, que fechou a 30-04-2020, ainda não tem resultados conhecidos.

Um último nível de análise interessante será o cenário da investigação por temas relevantes ou resultante de parcerias com instituições externas à FCT (e.g. MIT, Harvard Medical School). Estes incentivos específicos à investigação pretendem responder a desafios sociais específicos (como a resposta aos incêndios e organização florestal, entre outros temas). Ora, a saúde mental, e a depressão (e o suicídio), em particular: 1) tem vindo a ser reconhecida por várias instituições relevantes, como a OMS, como uma das problemáticas de saúde mais importantes do século XXI; 2) acarreta custos diretos e indiretos, ao nível social e económico, que a coloca em lugar equivalente a outras problemáticas de saúde (doenças oncológicas, do sistema cardiovascular, entre outras); e, 3) é particularmente agravada nos períodos de crise social e financeira (como a que assistimos atualmente e irá ser agravada nos próximos tempos, devido à pandemia). Seria, por isso, de esperar que os incentivos à investigação em saúde mental, e à depressão, em particular, fossem refletidas em calls específicas ao longo dos últimos anos. Infelizmente, tal não tem acontecido, como se pode verificar em:

<https://www.fct.pt/concursos/index.phtml.pt>

<https://www.fct.pt/apoios/projectos/concursos/>

<https://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/avaliacoes>

Esta situação pode denotar um subfinanciamento da investigação em saúde mental.

Preocupações e sugestões relativas ao financiamento da investigação em Psicologia em Portugal

Na perspetiva do Fórum Nacional da Psicologia, o cenário retratado anteriormente evidencia vários aspetos preocupantes que importa rever.

Relativamente ao financiamento estrutural, que a FCT concede diretamente aos centros de investigação, constata-se:

1) uma classificação FCT média menor dos centros em Psicologia, quando comparados com as classificações médias obtidas noutras áreas (e.g. área das Ciências da Saúde, exemplificada acima), da qual decorre uma menor proporção de centros de investigação elegíveis para financiamento;

2) um menor montante de financiamento “direto” (i.e. estrutural) aos investigadores em Psicologia e seus respetivos centros. Deste modo, existe um número muito menor de centros de investigação com financiamento direto pela FCT, que agregam um número menor de investigadores, comparativamente a outras áreas.

Sobre este assunto, considera-se importante ressaltar que a percentagem de Psicólogos/as-Investigadores/as (isto é, Psicólogos exclusivamente dedicados à investigação) será menor quando comparada com a percentagem de investigadores/as profissionais noutras áreas (Ciências Médicas e da Saúde, Ciências Naturais e Ciências da Engenharia e Tecnologias), um aspeto decorrente de um menor financiamento proporcional global dos respetivos centros. Isto faz com que os/as Psicólogos/as integrados em centros de investigação FCT tenham de desempenhar atividades de investigação, conjugadas com a docência, orientação/supervisão de alunos/as e cargos de gestão. Esta multiplicidade dificulta, obviamente, a produção de conhecimento em Psicologia e, conseqüentemente, a produção de indicadores de produção científica valorizados pelos painéis da FCT, bem como a sua capacidade de captação de financiamento em concursos altamente competitivos, em que o financiamento disponível é mais escasso do que noutras áreas, como as mencionadas acima.

Para além disso, uma vez que os grandes centros e laboratórios associados têm a investigação como atividade nuclear e frequentemente exclusiva, encontrando-se os seus quadros maioritariamente preenchidos por investigadores/as de carreira, torna-se mais fácil terem equipas e “massa crítica” capaz de se mobilizar em épocas de submissão de projetos para financiamento e que, conseqüentemente, “absorvem” a maior fatia do financiamento disponível. Deste modo, ainda que a política de financiamento estrutural aos centros de investigação por parte da FCT seja um aspeto muito importante para a continuidade do investimento em I&D no país, a atual política de reinvestimento nos laboratórios associados parece-nos preocupante.

Em particular, consideramos que será pertinente reequacionar a repartição do financiamento disponível entre laboratórios associados e as demais estruturas de investigação do país, incluindo as da área da Psicologia: note-se que dos 26 laboratórios associados existentes, só 2 se enquadram na área das Ciências Sociais e nenhum conduz investigação na área específica da Psicologia, pese embora a relevância social crescente dos estudos e intervenções psicológicas. Adicionalmente, embora os laboratórios associados constituam menos de 10% do conjunto das estruturas de investigação do país e acolham um número relativamente pequeno das pessoas que se dedicam à investigação, têm consumido cerca de 1/3 do financiamento de base às estruturas de I&D, captando ainda grande parte do orçamento disponível para financiamento a projetos em todos os domínios científicos. Este status quo garante a estabilidade financeira dos laboratórios associados mas dificulta a subsistência das demais centenas de estruturas de investigação do país, incluindo na área da Psicologia, não obstante a relevância do trabalho que desenvolvem que estas vão desenvolvendo.

Desta forma, urge repensar o sistema de avaliação científica das unidades de I&D, concretamente para garantir que são respeitadas as especificidades das diferentes unidades e dos profissionais que nelas asseguram o trabalho científico. Mais concretamente, não consideramos razoável a FCT avaliar pelo mesmo padrão de critérios e parâmetros todas as estruturas de I&D, uma vez que os centros de investigação sediados em contexto académico são, em grande medida, constituídos por docentes de ensino superior (que, naturalmente, têm a investigação como uma das suas funções, mas não têm a investigação como profissão) e por investigadores ainda em formação (estudantes de mestrado e doutoramento), alguns dos quais, depois de formados, passam a integrar os quadros do primeiro tipo de estruturas (grandes centros de I&D e laboratórios associados).

Por outro lado, consoante a dimensão das escolas e dos departamentos, podem constatar-se dificuldades na instalação dos centros de investigação em Psicologia e dificuldades no acesso ao financiamento orçamental e a programas de financiamento. Assim, a par de um reforço do envelope orçamental disponível para um financiamento de base às estruturas de investigação, poderá ser vantajoso instituir um financiamento específico para apoiar a instalação de novas unidades de I&D, designadamente de pequena dimensão e que reúnam elevado potencial, de forma a alavancar o seu desenvolvimento na fase de arranque e permitir que ganhem escala nos primeiros anos (por exemplo, nos 5 anos iniciais).

Importa, também, continuar a reforçar o financiamento global à ciência e acelerar o ritmo desse reforço de forma a atingir a meta de 3% do PIB (ainda não se chegou a metade dessa meta). Como o financiamento estrutural é insuficiente para a esmagadora maioria dos centros de investigação (exceptuando eventualmente os laboratórios associados), a cada ano praticamente todos os grupos de I&D interrompem as suas atividades de investigação durante várias semanas, de forma a conseguirem preparar e submeter projetos de investigação, de cujo sucesso depende a manutenção de postos de trabalho dos seus investigadores para os 2 ou 3 anos seguintes e a renovação do equipamento científico. Deste modo, a aprovação de projetos tornou-se um fim em si mesmo, de tal forma que quando um projeto de investigação termina, raros são os casos em que existe um financiamento de continuidade; pensa-se em algo novo e repete-se o ciclo, o que introduz incerteza, limita a capacidade de planificação,

compromete a estabilidade das equipas e, sobretudo, representa um enorme desperdício de trabalho científico e dos resultados desse trabalho.

Para além disso, urge reequacionar a repartição do financiamento disponível e reforçar o investimento global na saúde mental e nas ciências do comportamento, designadamente em Psicologia, especialmente face a uma crise sanitária, social e económica que se instala no país, decorrente da COVID-19. É importante sublinhar que, com base na evidência da intervenção dos psicólogos em vários contextos especialmente os de elevada vulnerabilidade social, existe uma clara necessidade de mais verbas para a investigação em Psicologia, especialmente para projetos de investigação que respondam a desafios sociais específicos e com elevada relevância social, designadamente ao nível da saúde mental ou na intervenção junto de populações desprivilegiadas, que são áreas tradicionalmente subfinanciadas. Mais especificamente, será importante sensibilizar os peritos que integram os painéis de avaliação da FCT, para uma maior valorização da área da Psicologia Aplicada e, em particular, dos projetos de intervenção psicológica em diferentes contextos de atuação. Se, nos últimos anos, a psicologia básica e a área emergente das neurociências têm sido mais contempladas na distribuição de bolsas e projetos, será importante acautelar o financiamento específico aos vários domínios da Psicologia, sugerindo-se uma classificação de subáreas da Psicologia nas próximas calls a serem delineadas (e.g. considerando-se as especialidades básicas e avançadas da OPP).

Por outro lado, quando finalmente há projetos de investigação elegíveis para financiamento, urge repensar o financiamento às atividades de I&D. Mais concretamente, interessa aliviar os orçamentos para atividades científicas de impostos e despesas gerais (overheads) que podem fazer com que o financiamento líquido disponível para as despesas efetivas das atividades de investigação possa ser reduzido em mais de 30% relativamente ao orçamento global. Face a este cenário, recomenda-se que: em lugar da devolução do IVA, que faz diferir no tempo o financiamento disponível, as atividades de investigação deveriam ser isentadas de IVA; a orçamentação de overheads, que se tornaram fontes de financiamento estrutural para as entidades que acolhem as estruturas de investigação, não deveriam incidir sobre equipamentos (repare-se: um equipamento que tenha um custo de 100.000 euros, terá de ser orçado em 50% mais, para fazer face a 23% de IVA – ainda que possa ser recuperado a posteriori - e 20% de overheads, reduzindo a competitividade dos grupos de investigação portugueses face aos de outros países).

Além disso, urge repensar o financiamento às atividades de I&D prescindindo parcialmente de um regime de “financiamento à peça”, de projetos de curta/média duração, em favor de um financiamento mais estrutural e de mais longa duração, que confira maior continuidade aos projetos e um contínuo refinanciamento dos mesmos. Isto permitiria conferir maior estabilidade às equipas, uma aposta mais clara na formação de novos investigadores, bem como na obtenção do posterior retorno dessa formação e, simultaneamente, assegurar que a manutenção/renovação de infraestruturas/equipamentos científicos não fica pendente de financiamento casuístico/esporádico.

Por último, e como corolário deste enquadramento, seria útil repensar o concurso nacional de bolsas de doutoramento de forma a garantir o seu alinhamento com os planos estratégicos das estruturas de I&D. Isto poderia ser conseguido, por exemplo, pela inclusão de um campo nos formulários de candidatura em que candidatos e orientadores expliquem o contributo dos trabalhos de doutoramento para a materialização dos planos estratégicos das entidades de acolhimento e/ou permitindo que sejam as próprias estruturas de investigação e a academia, em articulação com entidades representativas da classe (no caso, a OPP), a delinear uma agenda para o desenvolvimento da área científica em causa (no caso, a Psicologia), pré-definindo no quadro dessa agenda os temas em torno dos quais as candidaturas podem apresentar-se.